

CAPÍTULO 3

REDES DE PESQUISADORAS SURDAS: COLABORAÇÃO, PERTENCIMENTO E RESISTÊNCIA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

 <https://doi.org/10.68044/medvtm43>

Amanda Caroline Furtado Freitas ¹

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente de Libras na Secretaria de Estado da Educação (SEDU).



Greice Kelly Nascimento Santos Costa ²

Mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).



Katiuscia da Silva Avila ³

Mestranda em Letras pela Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pesquisa temas relacionados à surdez e à educação da pessoa surda negra.



Pamella Elaine Prestes da Cunha ⁴

Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente e Coordenadora no curso de LETRAS -LIBRAS na Universidade Federal do Amapá- UNIFAP



Laiza Silva Rebouças ⁵

Graduada em Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bacharela em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Atualmente, é graduanda em Educação Bilingue de Surdos pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).



RESUMO: Este artigo analisa a constituição de redes de pesquisadoras surdas como espaços de colaboração, pertencimento e resistência na produção de conhecimentos. A discussão fundamenta-se em estudos sobre mulheres surdas na ciência, protagonismo feminino, movimento surdo, produção acadêmica em Libras, interseccionalidade e enfrentamento ao epistemicídio e à violência linguística. Argumenta-se que a presença de mulheres surdas em universidades, grupos de pesquisa, movimentos sociais, eventos e redes digitais amplia possibilidades de autoria e circulação de saberes ancorados na experiência visual e na diferença linguística. As fontes examinadas evidenciam que trajetórias pioneiras, encontros coletivos e vínculos entre pesquisadoras produzem referências para novas gerações, ao mesmo tempo que tensionam estruturas acadêmicas marcadas pelo ouvintismo, pelo sexismo e por desigualdades raciais. Conclui-se que fortalecer redes acadêmicas surdas requer reconhecimento da Libras como língua de produção científica, políticas institucionais de acessibilidade e valorização da pluralidade das experiências femininas surdas em diferentes territórios, campos disciplinares e instituições.

Palavras-chave: Mulheres surdas; Produção de conhecimentos; Redes acadêmicas; Resistência epistemológica.

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres surdas na pesquisa científica brasileira precisa ser compreendida para além de uma narrativa de superação individual. Embora trajetórias pioneiras sejam indispensáveis para reconhecer conquistas historicamente invisibilizadas, a produção de conhecimentos por mulheres surdas se constitui em relações, encontros, parcerias, movimentos sociais, grupos de pesquisa, universidades, associações, eventos acadêmicos e circuitos de circulação da Libras. É nesse conjunto de vínculos que a autoria surda feminina deixa de ser apenas a entrada de indivíduos em instituições

já constituídas e passa a produzir deslocamentos sobre quem pode pesquisar, em qual língua se pode produzir ciência, quais experiências são reconhecidas como fonte de conhecimento e quais sujeitos podem ocupar posições de autoridade epistêmica. Silveira e Baalbaki (2024, p. 81) observam que a visibilidade das pesquisadoras surdas ainda constitui uma demanda pouco discutida no âmbito acadêmico brasileiro, especialmente em um campo científico atravessado por desigualdades de gênero e por assimetrias linguísticas.

O problema não se limita ao acesso de mulheres surdas ao ensino superior. A questão envolve também permanência, reconhecimento, autoria, orientação de novas pesquisadoras, participação em bancas e grupos de pesquisa, construção de agendas próprias e circulação dos resultados em formatos linguisticamente acessíveis. A produção acadêmica pode admitir a presença física da pessoa surda e, simultaneamente, manter uma ordem epistêmica centrada no português escrito, em práticas institucionais desenhadas para ouvintes e em critérios de legitimidade que pouco reconhecem a experiência visual. Nesse sentido, Gomides *et al.* (2022, p. 203) destacam que estudantes surdos não são apenas receptores de conteúdos universitários: serão autores de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, o que exige condições efetivas para que utilizem sua língua também no acesso e na produção do conhecimento científico.

Quando o foco recai especificamente sobre mulheres surdas, a dimensão coletiva torna-se ainda mais relevante. Perlin *et la.* (2024, p. 11) registram que encontros de mulheres surdas possibilitaram compartilhar experiências, reconhecer formas de audismo e violência linguística e construir caminhos comuns de enfrentamento. A reunião entre pares aparece, assim, como experiência formativa e como condição para a produção de novas interpretações sobre a própria identidade. O pertencimento não é apenas afetivo: ele se torna também epistemológico, porque permite transformar experiências antes tratadas como problemas individuais em categorias coletivamente debatidas, nomeadas e inscritas em textos, pesquisas, eventos e reivindicações.

Também é necessário evitar que a categoria “mulheres surdas” seja tomada como homogênea. Há diferenças de raça, etnia, território, geração, orientação sexual, classe, trajetórias educacionais, formas de aquisição linguística e inserções profissionais. Pedrosa (2019, p. 165-166) demonstra que a constituição identitária de mulheres surdas pode ser analisada a partir de dimensões interseccionais, enquanto Siqueira e Oliveira (2026, p. 15-16) evidenciam como a universidade, o movimento surdo e o contato com outras mulheres podem fortalecer reconhecimento identitário, formação política e produção coletiva de saberes. Vilhalva (2024, p. 41-43), por sua vez, insere a experiência da mulher indígena surda no debate, vinculando pesquisa, escrevivência,

direitos linguísticos, culturas indígenas e participação nos movimentos surdos brasileiros.

Diante desse quadro, este artigo tem como objetivo analisar de que modo redes de pesquisadoras surdas podem ser compreendidas como espaços de colaboração, pertencimento e resistência na produção de conhecimentos. Busca-se discutir a passagem da invisibilidade para a autoria acadêmica, a importância das redes presenciais e digitais, o papel da Libras e da experiência visual na circulação científica, as formas de resistência ao epistemicídio e à violência linguística e a necessidade de uma abordagem interseccional das trajetórias femininas surdas. A questão orientadora pode ser formulada nos seguintes termos: em que medida a articulação entre pesquisadoras surdas transforma não apenas suas condições de participação na academia, mas também os próprios modos de produzir, validar e compartilhar conhecimentos sobre as comunidades surdas?

O texto assume caráter teórico-bibliográfico e qualitativo, construído a partir da leitura interpretativa das produções fornecidas para esta pesquisa. O corpus reúne estudos sobre mulheres surdas na ciência, protagonismo e pioneirismo, movimento social surdo, identidade interseccional, produção científica em Libras, violência linguística, epistemicídio, narrativas autobiográficas e experiências de mulheres surdas em diferentes contextos. A opção por articular tais trabalhos permite observar convergências entre campos que nem

sempre aparecem reunidos: Estudos Surdos, estudos de gênero, educação, linguística, estudos culturais, políticas linguísticas e debates sobre interseccionalidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mulheres surdas como produtoras de ciência: visibilidade, autoria e memória

A visibilidade das pesquisadoras surdas é um ponto de partida necessário porque a memória acadêmica não é neutra. Quem é lembrado como pioneiro, quem aparece em histórias institucionais, quem é citado como referência e quem tem sua trajetória transmitida a novas gerações participa da definição simbólica do que é reconhecido como ciência. Silveira e Baalbaki (2024, p. 85) identificam a presença de dezenas de mulheres surdas com doutorado no Brasil e destacam trajetórias que se tornaram referências nacionais, como as de Gladis Perlin, Sílvia Andreis Witkoski, Marianne Stumpf e Shirley Vilhalva. Ao reconstruir essas trajetórias, as autoras não produzem apenas biografias; produzem uma cartografia de possibilidades acadêmicas para mulheres surdas.

Esse processo possui forte efeito intergeracional. Quando uma pesquisadora surda obtém um título, publica uma tese, orienta estudantes, coordena projetos ou assume posições universitárias, sua trajetória pode funcionar como referência concreta para outras

mulheres. Silveira e Baalbaki (2024, p. 92) associam a visibilidade das pioneiras à abertura de novos caminhos e observam que pesquisadoras como Perlin, Witkoski, Stumpf e Vilhalva se tornam marcos para mulheres que desejam ingressar no campo científico. Em termos de rede, isso significa que a presença de uma pesquisadora não termina em sua realização individual: ela pode gerar continuidade, reconhecimento e expectativa de pertencimento acadêmico.

A força simbólica do pioneirismo é igualmente desenvolvida por Rangel (2024, p. 53-55), que analisa a constituição do heroísmo feminino surdo a partir de nomes lembrados pela própria comunidade. Sua pesquisa em mídias sociais recebeu comentários que indicaram dezenas de mulheres surdas consideradas heroínas, valorizadas por pioneirismo e representatividade. A noção de heroísmo, nesse contexto, não precisa ser lida como culto individual. Ela pode ser interpretada como mecanismo de memória coletiva pelo qual uma comunidade nomeia pessoas cujas ações condensam lutas, conquistas e possibilidades de futuro. As figuras lembradas funcionam como pontos de referência em uma rede histórica de transmissão de saberes e de reconhecimento.

A identidade profissional também possui relevância nesse debate. Lara (2024, p. 15-16) propõe a expressão “mulher-surda-professora” para marcar uma identidade múltipla, atravessada tanto pela condição de mulher quanto pela experiência linguística e cultural

surda. A autora mostra que mulheres surdas atuaram e atuam diretamente na transformação da educação bilíngue e na construção da Pedagogia Surda. Embora seu foco seja a docência, a análise possui consequências para a pesquisa: professoras surdas inseridas em universidades e programas de pós-graduação produzem teorias, sistematizam práticas, orientam estudantes e formulam interpretações que nascem da própria experiência visual e das demandas das comunidades surdas.

A autoria, nesse sentido, não se resume à assinatura de um texto. Ela implica o direito de definir problemas, selecionar categorias, interpretar dados, estabelecer interlocuções e participar da memória disciplinar. Araújo e Ramos (2020, p. 93-95), ao analisarem autorrepresentações de mulheres surdas em narrativas autobiográficas, mostram que a escrita feminina surda articula experiências, identidade e cultura por perspectivas plurais. Esse princípio pode ser deslocado para a produção acadêmica: a entrada da mulher surda como autora modifica o lugar de enunciação, permitindo que experiências historicamente descritas por terceiros sejam reinterpretadas a partir de sujeitos que vivem as relações linguísticas e culturais em questão.

Dessa forma, a categoria “rede de pesquisadoras surdas” pode designar tantas relações formalizadas - grupos de pesquisa, projetos interinstitucionais, programas de pós-graduação, associações, eventos e coautorias - quanto relações menos institucionalizadas de inspiração,

reconhecimento, mentoria e compartilhamento de experiências. Em ambos os casos, a rede funciona como mecanismo de sustentação da autoria. Ela oferece repertórios de linguagem, modelos de trajetória, solidariedade diante de barreiras e espaços nos quais problemas vividos individualmente podem ser reconhecidos como questões coletivas e científicas.

Colaboração, movimento surdo e pertencimento: redes que produzem saberes

A formação de redes entre mulheres surdas antecede muitas das atuais estruturas acadêmicas. Parte significativa dessas articulações surgiu no interior de movimentos sociais, associações e encontros comunitários, espaços nos quais a luta por direitos linguísticos se combinou à troca de experiências. Perlin *et la.* (2024, p. 11) situam o primeiro encontro latino-americano de mulheres surdas como um marco de reconhecimento coletivo e de reflexão sobre identidade, audismo e violência linguística. A passagem da experiência isolada para a consciência compartilhada é essencial para compreender como redes políticas podem se converter em redes epistêmicas.

Em nossa história de mulheres surdas brasileiras registramos o mês de novembro de 2004, no qual realizamos o primeiro encontro latino-americano para mulheres surdas. Esse evento foi definitivo para que nos pensássemos como mulheres surdas e a partir do encontro nos motivamos conjuntamente na caminhada para refletir nossa identidade. [...] muitas de nós conseguiram reunir as mulheres surdas e com isso

conscientizar-nos da necessidade de nos unirmos, debater as nossas necessidades e principalmente a violência linguística. (Perlin *et la.*, 2024, p. 11).

A citação evidencia uma lógica de produção coletiva de consciência: reunir, debater, compartilhar e nomear. O encontro não aparece como simples evento social, mas como espaço no qual a experiência adquire inteligibilidade política. Ao reconhecerem que determinadas barreiras eram recorrentes entre mulheres surdas, as participantes puderam deslocar o problema da esfera individual para a estrutura social. Esse deslocamento é igualmente relevante para a pesquisa acadêmica, pois muitas agendas científicas surgem quando experiências repetidas são formuladas como questões comuns, passíveis de documentação, análise e teorização.

Caldas (2021, p. 3-4) oferece uma perspectiva histórica complementar ao narrar a formação de comissões, passeatas, encontros e alianças que marcaram a luta da comunidade surda no Rio Grande do Sul. A autora descreve a articulação entre lideranças surdas e universidades, mencionando a parceria de Gladis Perlin com o NUPPES/UFRGS, que promoveu formação e contribuiu para a entrada de surdos em cursos de mestrado e doutorado. Essa experiência demonstra que redes de pesquisa não são produzidas somente dentro dos limites administrativos da universidade; elas podem nascer de demandas coletivas, militância linguística e

cooperações estabelecidas entre comunidade e instituições acadêmicas.

O pertencimento aparece de forma explícita nas escrivências analisadas por Siqueira e Oliveira (2026, p. 15). As autoras mostram que espaços coletivos mediados pela Libras permitem dialogar, compartilhar experiências e aprender com pares surdos. Ao longo da militância, a participante da pesquisa constrói saberes coletivamente e fortalece processos de formação política e identitária. A relação entre pertencimento e conhecimento é direta: sentir-se reconhecida entre pares cria condições para falar, perguntar, contestar, ensinar e aprender sem que a diferença linguística seja tratada como déficit.

Siqueira e Oliveira (2026, p. 12) assinalam que os encontros do movimento surdo configuram uma dinâmica coletiva de produção de saberes, em que sujeitos compartilham experiências e aprendem uns com os outros. Essa formulação permite ampliar o conceito de rede acadêmica. Uma rede de pesquisadoras surdas não é apenas um arranjo formal de especialistas com vínculos institucionais; ela também se alimenta de conhecimentos produzidos em movimentos, associações, coletivos e práticas comunitárias. A fronteira entre “academia” e “movimento” torna-se porosa quando problemas políticos dão origem a pesquisas e quando resultados acadêmicos retornam às comunidades em forma de formação, mobilização ou elaboração de políticas.

O pertencimento, entretanto, não deve ser romantizado. Redes também podem reproduzir desigualdades internas, silenciar diferenças ou privilegiar determinados perfis de pesquisadoras. Por isso, a colaboração precisa ser acompanhada de reflexividade sobre raça, etnia, classe, sexualidade, território e trajetórias linguísticas. As próprias fontes analisadas demonstram que mulheres indígenas surdas e mulheres negras surdas enfrentam formas específicas de invisibilidade, inclusive dentro de espaços surdos. Uma rede de pesquisadoras só se torna efetivamente plural quando consegue reconhecer diferenças internas sem dissolver a possibilidade de ação coletiva.

Libras, experiência visual e circulação do conhecimento científico

A consolidação de redes de pesquisadoras surdas depende da possibilidade de produzir e circular ciência em Libras. Gomides *et la.* (2022, p. 198-203) argumentam que o reconhecimento linguístico da comunidade surda não eliminou o predomínio da língua portuguesa na produção científica brasileira. Mesmo com avanços legislativos e aumento do acesso ao ensino superior, materiais acadêmicos, normas de submissão, trabalhos de conclusão e publicações permanecem majoritariamente organizados em línguas orais-auditivas na modalidade escrita. Essa situação produz uma contradição: pesquisas

sobre surdos podem ser amplamente divulgadas e, ainda assim, pouco acessíveis a parte da própria comunidade surda.

O problema é particularmente significativo quando se pensa em autoria. Se a universidade oferece interpretação em aulas, mas exige que toda produção final seja construída segundo práticas monolíngues, a acessibilidade fica restrita à recepção. Gomides *et la.* (2022, p. 203) lembram que estudantes surdos serão autores de monografias, dissertações e teses, e que ainda são escassos trabalhos produzidos integralmente em Libras. Para uma rede de pesquisadoras surdas, a possibilidade de usar a língua de sinais em diferentes etapas da pesquisa - elaboração, discussão, registro, defesa e divulgação - é condição para que a colaboração ocorra em bases linguísticas mais equitativas.

A experiência visual também interfere na produção pedagógica e científica. Lara (2024, p. 20) associa a Pedagogia Surda ao modo visual de aprender e ao uso da Libras como primeira língua, ao mesmo tempo que denuncia a pressão do português em ambientes universitários. Reuniões, editais, avaliações, dissertações, teses e comunicações institucionais organizadas exclusivamente em português podem transformar a rotina acadêmica em um exercício contínuo de adaptação. Quando mulheres surdas precisam mobilizar intérpretes, familiares ou colegas apenas para acessar procedimentos básicos, parte de sua energia acadêmica é desviada para superar

barreiras que não são impostas da mesma forma a pesquisadores ouvintes.

Gomides *et la.* (2022, p. 205-206) observaram que grande parte da produção sobre educação de surdos circulava apenas em português e, em menor escala, em inglês, mesmo em periódicos especializados. Os autores registram iniciativas de publicação em vídeo e destacam a relevância de experiências em Libras, mas mostram que elas ainda são fragmentadas. A constatação possui consequências diretas para redes de pesquisadoras: uma rede não se sustenta apenas pela existência de pesquisadoras surdas, mas também pelos meios através dos quais seus trabalhos podem ser encontrados, compreendidos, citados e retomados por outras pessoas surdas.

Nesse ponto, a circulação do conhecimento é inseparável da política linguística. Publicar em Libras não deve ser entendido como mera tradução acessória de um texto cujo original legítimo seria sempre o português. Para pesquisadores surdos, a língua de sinais pode ser a língua em que problemas são formulados, categorias são discutidas e argumentos são construídos. Quando a produção científica em Libras é reconhecida como produção original, cria-se espaço para gêneros acadêmicos sinalizados, formas visuais de argumentação, uso de recursos multimodais e arquivos digitais capazes de preservar não apenas conteúdo semântico, mas também aspectos corporais e espaciais da enunciação.

A ciência em Libras também exige transformação dos processos de avaliação. Uma política de circulação verdadeiramente bilíngue precisa considerar quem pode avaliar trabalhos sinalizados, como preservar registros, como garantir citabilidade e como reconhecer equivalência acadêmica entre modalidades. Gomides *et la.* (2022, p. 210-211) apontam a necessidade de maior participação de pesquisadores surdos na discussão sobre divulgação científica em Libras. Isso sugere que as próprias redes de pesquisadoras devem ser chamadas a construir normas, critérios e formatos, evitando que decisões sobre acessibilidade sejam definidas exclusivamente por sujeitos externos ao público diretamente afetado.

A construção dessa infraestrutura não implica rejeitar o português escrito. Para muitas pesquisadoras surdas, o bilinguismo é parte constitutiva da atividade acadêmica e amplia o alcance dos trabalhos. O ponto central é deslocar a relação de hierarquia, permitindo que a Libras deixe de ocupar posição periférica. Uma ciência efetivamente acessível precisa admitir múltiplas formas de registro e circulação, e a rede de pesquisadoras surdas pode atuar como espaço de experimentação de práticas bilíngues que valorizem tanto a especificidade visual da Libras quanto o diálogo com a comunidade científica mais ampla.

Resistência ao epistemicídio, ao ouvintismo e à violência linguística

A produção de conhecimentos por pesquisadoras surdas ocorre em um campo atravessado por disputas de legitimidade. Perlin *et la.* (2024, p. 12) utilizam a noção de epistemicídio para descrever a rejeição ou desvalorização de produções que expressam perspectivas surdas em espaços historicamente ocupados pelo poder ouvinte. As autoras mencionam situações em que teses e dissertações de pessoas surdas tiveram pouca oportunidade de produzir efeitos nos sistemas educacionais, enquanto sujeitos ouvintes permaneciam habituados a falar em nome das mulheres surdas. A resistência epistemológica consiste, nesse contexto, em reivindicar não apenas presença, mas capacidade de produzir interpretações válidas sobre a própria experiência.

Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 96) aproximam epistemicídio surdo, privação linguística e violência linguística ao analisar o caso de Sônia Maria de Jesus. As autoras situam sua abordagem a partir da experiência como professoras, acadêmicas e ativistas e incorporam ao estudo uma nota de repúdio assinada coletivamente por doutores surdos e doutoras surdas. Esse gesto é relevante para o tema das redes porque demonstra uma comunidade acadêmica surda capaz de atuar publicamente, construir

posicionamentos comuns e utilizar autoridade científica em defesa de direitos humanos e linguísticos.

A nota coletiva mostra que a rede acadêmica pode cumprir uma função que ultrapassa a produção de artigos. Pesquisadores e pesquisadoras podem intervir no debate público, denunciar violações, elaborar documentos e oferecer interpretações fundamentadas a partir de sua inserção nas comunidades. Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 105) destacam a nota como documento histórico de luta por justiça social e linguística. Nessa perspectiva, a resistência científica não é separável da cidadania: produzir conhecimento sobre violência linguística pode também fornecer linguagem conceitual para reconhecê-la, denunciá-la e disputar políticas.

Perlin e Jung (2024, p. 38-39) mostram que mulheres surdas encontram barreiras tanto na formação acadêmica quanto na carreira docente. A imposição do português como primeira língua em instituições educacionais pode subalternizar a Libras e prejudicar estudantes e professoras surdas. As autoras relacionam identidade de mulher surda a gênero, cultura, diferença linguística e pertencimento, defendendo a necessidade de espaços acessíveis de diálogo e de apoio ao protagonismo. A resistência, portanto, não se limita a reagir a atos explícitos de discriminação; inclui a transformação de rotinas institucionais que naturalizam a centralidade ouvinte.

É nesse quadro que a visibilidade adquire sentido político. Como sintetizam Silveira e Baalbaki (2024, p. 92), “dar destaque a essas pesquisadoras surdas é uma forma de abrir novos rumos para mulheres surdas que almejam adentrar no mundo da(s) ciência(s)”. A afirmação mostra que reconhecimento e resistência se articulam: nomear pesquisadoras, divulgar seus trabalhos e inserir suas contribuições em currículos e bibliografias combate a ideia de excepcionalidade isolada e oferece continuidade histórica à presença feminina surda na ciência.

Uma rede de pesquisadoras surdas pode funcionar como mecanismo de proteção e contestação diante dessas situações. Compartilhar informações sobre direitos, indicar intérpretes, recomendar programas, convidar colegas para bancas, revisar materiais em Libras, construir glossários e organizar eventos são práticas que reduzem isolamento. Mais do que suporte informal, essas ações podem gerar padrões alternativos de funcionamento acadêmico. Quando se tornam recorrentes, demonstram que é possível organizar pesquisa e formação em moldes mais bilíngues, visuais e colaborativos.

Interseccionalidade, pluralidade e pertencimentos múltiplos

Falar em redes de pesquisadoras surdas exige reconhecer que o pertencimento à comunidade surda não apaga outras posições

sociais. Pedrosa (2019, p. 165-166) analisa narrativas de vida e textos de Currículo Lattes para compreender como mulheres surdas constroem identidades interseccionais em trajetórias marcadas por dificuldades e conquistas educacionais. A autora chama atenção para a necessidade de considerar simultaneamente diferentes estruturas de poder. Essa perspectiva impede que gênero e surdez sejam analisados como dimensões isoladas e permite compreender que a experiência acadêmica de uma mulher surda pode ser atravessada também por raça, classe, região, geração e outras condições.

A vulnerabilidade a violências evidencia porque redes de apoio e produção de informação são indispensáveis. Segundo Krause (2017, p. 5 *apud* Costa; Oliveira; Klein, 2021, p. 6), mulheres surdas “têm 1,5 vezes mais chances de serem vítima de assédio sexual, agressão sexual, abuso psicológico e abuso físico do que as ouvintes”. A citação de citação é utilizada aqui porque o texto de Krause (2017) é recuperado por Costa, Oliveira e Klein (2021). O dado, no contexto das autoras, reforça a necessidade de informação acessível em Libras e de espaços nos quais mulheres surdas possam reconhecer, nomear e denunciar situações de violência.

A dimensão racial torna essa complexidade ainda mais evidente. Siqueira e Oliveira (2026, p. 11-12) analisam como a inserção na universidade e no movimento surdo favorece a construção de uma consciência de mulher-negra-surda, articulando experiências

de racismo, machismo, capacitismo e ouvintismo. A participante da pesquisa reconhece que sua trajetória individual se conecta à de outras mulheres negras e passa a interpretar a militância como espaço de autorreflexão e produção coletiva de saberes. A rede, portanto, não apenas acolhe uma identidade já pronta: participa da construção de novas formas de nomear e compreender a própria experiência.

Ao final da análise, Siqueira e Oliveira (2026, p. 15-16) mostram que coletivos de mulheres negras surdas podem constituir espaços políticos de enfrentamento ao racismo, ao capacitismo e às desigualdades de gênero. A partilha da Libras, das experiências e das práticas culturais cria vínculos identitários e amplia a participação na comunidade. Para redes de pesquisadoras surdas, essa constatação sugere a necessidade de criar ambientes nos quais mulheres negras surdas não sejam incluídas apenas como recorte temático, mas participem da definição das agendas, metodologias e interpretações.

Vilhalva (2024, p. 41-43) introduz outra dimensão frequentemente invisibilizada: a experiência de mulheres indígenas surdas. A autora se apresenta como professora, pesquisadora, escritora, poetisa e participante dos movimentos surdos brasileiros, articulando trajetória pessoal e produção acadêmica. Sua escrevivência evidencia que pesquisa e experiência não precisam ser separadas por uma falsa neutralidade. Ao contrário, a experiência situada pode orientar questões que permaneceriam ausentes em agendas convencionais,

como línguas indígenas de sinais, direitos linguísticos em territórios originários e invisibilidade de mulheres indígenas surdas.

Cruz e Rodrigues (2025, p. 233-235) mostram, por meio da análise da produção poética de Yanna Porcino, como diferentes marcadores identitários - ser mulher, negra, surda, lésbica e feminista - se articulam na produção cultural e na resistência. As autoras destacam que redes sociais e produções em Libras podem ampliar representatividade, senso de pertencimento e solidariedade entre movimentos. A contribuição para o presente debate reside na percepção de que redes de pesquisadoras surdas não devem se organizar em torno de uma única experiência universal de “ser mulher surda”, mas criar condições para que múltiplos pertencimentos sejam enunciados e reconhecidos.

Da presença à infraestrutura epistemológica: desafios para consolidar redes de pesquisadoras surdas

A literatura analisada permite propor que uma rede de pesquisadoras surdas seja entendida como infraestrutura epistemológica. Essa expressão designa o conjunto de condições relacionais, linguísticas, institucionais e tecnológicas que tornam possível produzir conhecimento de forma continuada. Não basta que existam pesquisadoras surdas individualmente bem-sucedidas. É necessário que elas consigam encontrar pares, participar de grupos, orientar e ser orientadas, circular em eventos, publicar, acessar

pesquisas, formar novas gerações e intervir nas políticas de ciência e educação.

A primeira dimensão dessa infraestrutura é a colaboração. A história reconstruída por Caldas (2021, p. 3-13) mostra que parcerias entre lideranças surdas, universidades e movimentos foram decisivas para ampliar formação e visibilidade. Perlin *et la.* (2024, p. 11-12) demonstram que encontros de mulheres surdas produziram consciência comum e favoreceram a construção de espaços epistêmicos. Siqueira e Oliveira (2026, p. 12-16) mostram que saberes são produzidos em interações coletivas. Em conjunto, esses trabalhos indicam que a colaboração não é apenas método de trabalho; ela é uma condição histórica da própria emergência de sujeitos surdos como produtores de conhecimento.

A segunda dimensão é o pertencimento. A universidade pode ser formalmente inclusiva e, ainda assim, fazer com que a pesquisadora surda se perceba como visitante em um espaço linguístico alheio. O pertencimento acadêmico se fortalece quando a Libras circula, quando há pares surdos, quando referências surdas são lidas e citadas, quando a experiência visual é reconhecida e quando as contribuições de pesquisadoras surdas integram a memória institucional. Rangel (2024, p. 64-65) mostra o valor da representatividade para jovens surdas; Silveira e Baalbaki (2024, p.

92) reforçam a importância de tornar visíveis pioneiras. A presença de referências modifica o horizonte do possível.

A terceira dimensão é a resistência. O epistemicídio e a violência linguística descritos por Perlin *et la.* (2024, p. 12) e por Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 96-105) indicam que redes acadêmicas também precisam atuar na defesa da legitimidade de saberes surdos. Isso inclui contestar a exclusividade do português em situações nas quais a Libras poderia ser utilizada, defender acessibilidade em eventos e processos seletivos, participar da elaboração de políticas institucionais e denunciar formas de silenciamento. A resistência se torna mais efetiva quando é coletiva, porque reduz o risco de que demandas estruturais sejam tratadas como solicitações individuais.

A quarta dimensão é a circulação. Gomides *et la.* (2022, p. 205-211) mostram que a ciência sobre surdez ainda circula predominantemente em suportes pouco acessíveis a surdos sinalizantes. Uma rede de pesquisadoras pode contribuir para transformar esse cenário ao produzir resumos em Libras, vídeo pesquisas, seminários sinalizados, repositórios e materiais bilíngues. Também pode pressionar periódicos e programas de pós-graduação a reconhecer produtos científicos em língua de sinais. A circulação é decisiva porque conhecimento que não alcança seus interlocutores

potenciais tem reduzida capacidade de produzir continuidade acadêmica e transformação social.

A quinta dimensão é a formação intergeracional. Pioneiras não devem permanecer apenas como nomes homenageados; suas trajetórias precisam converter-se em oportunidades de orientação e formação. Silveira e Baalbaki (2024, p. 92) mostram o efeito de referência produzido por mulheres que abriram caminhos acadêmicos, enquanto Rangel (2024, p. 65) enfatiza como o reconhecimento de heroínas surdas permite às jovens identificar possibilidades de atuação. Redes acadêmicas podem institucionalizar essa transmissão por meio de grupos de estudo, programas de mentoria, projetos colaborativos, encontros de pesquisadoras e participação de mulheres surdas em bancas e comissões.

A sexta dimensão é a interseccionalidade. Pedrosa (2019, p. 174-175), Costa, Oliveira e Klein (2021, p. 6-7), Siqueira e Oliveira (2026, p. 15-16) e Vilhalva (2024, p. 47-48) evidenciam que não há uma experiência única de mulher surda. Uma rede que ignore raça, etnia, território, classe e sexualidade corre o risco de reproduzir desigualdades internas. Consolidar redes significa, portanto, construir mecanismos de escuta e participação que incluam mulheres negras surdas, indígenas surdas, mulheres de diferentes regiões, pesquisadoras em início de carreira e aquelas cujas trajetórias linguísticas não coincidem com perfis mais visíveis na academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das produções selecionadas permite compreender que as redes de pesquisadoras surdas se constituem na intersecção entre ciência, movimento social, língua, gênero e experiência visual. Essas redes não são apenas agrupamentos de pessoas que compartilham uma característica identitária. Elas funcionam como espaços de elaboração coletiva, transmissão de memória, construção de referências, formação política, apoio linguístico e disputa pela legitimidade dos conhecimentos produzidos por sujeitos surdos. Ao articular colaboração, pertencimento e resistência, tornam possível deslocar a mulher surda da posição de objeto de discursos acadêmicos para a posição de autora, pesquisadora, orientadora, liderança e formuladora de agendas científicas.

As trajetórias destacadas por Silveira e Baalbaki (2024) e por Rangel (2024) mostram que o pioneirismo possui efeito coletivo quando se converte em referência para novas gerações. As memórias de mobilização analisadas por Caldas (2021) e os encontros registrados por Perlin *et la.* (2024) demonstram que a presença surda na universidade foi construída em diálogo com movimentos e redes comunitárias. Siqueira e Oliveira (2026) reforçam que pertencimento, militância e educação podem constituir espaços de produção compartilhada de saberes. Assim, a formação de pesquisadoras surdas não pode ser compreendida apenas como resultado de mérito

individual, pois depende de condições históricas e relacionais que tornam determinadas trajetórias possíveis.

A Libras ocupa posição central nesse processo. A discussão de Gomides *et la.* (2022) evidencia que o acesso ao ensino superior não garante, por si só, democratização da produção científica, sobretudo quando a circulação do conhecimento permanece concentrada no português escrito. Para que redes de pesquisadoras surdas se consolidem, é necessário reconhecer a Libras como língua de elaboração, registro, avaliação e divulgação científica. Isso implica ampliar videopublicações, resumos sinalizados, eventos bilíngues, repositórios acessíveis e práticas de orientação que possibilitem interação direta em língua de sinais.

A resistência ao epistemicídio e à violência linguística também se mostra constitutiva dessas redes. Perlin *et la.* (2024), Perlin e Jung (2024) e Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024) evidenciam que mulheres surdas ainda enfrentam subalternização de sua língua, de suas produções e de sua capacidade de falar por si. A resposta coletiva de doutores surdos e doutoras surdas ao caso de Sônia Maria de Jesus demonstra que uma comunidade acadêmica organizada pode mobilizar conhecimento e autoridade pública na defesa de direitos. A rede, portanto, produz ciência e intervenção social.

Conclui-se que fortalecer redes de pesquisadoras surdas requer políticas acadêmicas que não se limitem ao ingresso individual na

universidade. São necessárias condições de permanência linguística, circulação científica em Libras, participação em grupos e instâncias decisórias, formação intergeracional, memória das pioneiras, apoio a projetos interinstitucionais e valorização de produções que partam da experiência visual. Quando essas condições se articulam, a colaboração transforma-se em produção de saber, o pertencimento converte-se em autoridade epistêmica e a resistência deixa de ser apenas reação à exclusão para tornar-se força criadora de novas formas de ciência. Nesse horizonte, redes de pesquisadoras surdas contribuem não somente para ampliar a presença de mulheres na academia, mas para democratizar os próprios critérios por meio dos quais conhecimentos são produzidos, reconhecidos e compartilhados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Danielle Reis; RAMOS, Danielle Cristina Mendes Pereira. Laborit e Vilhalva: da narrativa intimista à análise comparatista da condição feminina surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 93-105, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1582>. Acesso em: 3 jul. 2026.

CALDAS, Ana Luiza Paganelli. Memórias, histórias e narrativas da liderança surda na luta pela cidadania: da semente plantada à árvore crescida. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e69252, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/RS.v6.69252>. Acesso em: 5 jul. 2026.

COSTA, Aline Corrêa de Barros da; OLIVEIRA, Waldma Máira Menezes de; KLEIN, Madalena. Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo.

Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 26, e215356, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5356>. Acesso em: 8 jul. 2026.

CRUZ, Daniela de Carvalho; RODRIGUES, Rejane Lopes. A interseccionalidade de uma mulher surda, negra, lésbica e feminista na poética de Yanna Porcino. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 223-236, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2025.63.1.223-236>. Acesso em: 10 jul. 2026.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz; CAMPELLO, Ana Regina e Souza; RIBEIRO, Tiago da Silva; SILVA, Erliandro Felix; FRANCIONI, William Velozo. Libras como língua minoritária: estratégias de acesso e circulação do conhecimento científico produzido sobre e pela comunidade surda. **SCIAS Língua de Sinais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 195-213, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36704/sciasls.v1i1.6802>. Acesso em: 12 jul. 2026.

KRAUSE, Keli. Análise comparativa entre os países sul-americanos: atendimento às cidadãs surdas. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 67-78, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.67-78>. Acesso em: 15 jul. 2026.

KRAUSE, Keli. Feminismos surdos, deficiências e políticas públicas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Campina Grande. Anais eletrônicos [...]. Campina Grande: **Realize Editora**, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID1181_16072017175840.pdf. Acesso em: 18 jul. 2026.

LARA, Ana Paula Gomes. “Mulher-surda-professora”: protagonismo na educação de surdos no Rio Grande do Sul. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 15-25, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.15-25>. Acesso em: 22 jul. 2026.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Construção da identidade interseccional: uma análise crítica do discurso sobre mudanças sociais e discursivas de/para mulheres surdas. **Revista do GELNE**, Natal, v. 21, n. 2, p. 165-177, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1517-7874.2019v21n2ID17030>. Acesso em: 25 jul. 2026.

PERLIN, Gladis; JUNG, Ana Paula. O protagonismo contemporâneo da mulher surda e a luta contra todas as formas de violência linguística e de gênero. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 26-40, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.26-40>. Acesso em: 28 jul. 2026.

PERLIN, Gladis; KRAUSE, Keli; STUMPF, Marianne; REZENDE-CURIONE, Patrícia. Mulher surda: protagonismo e experiência. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 10-14, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.10-14>. Acesso em: 31 jul. 2026.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. Protagonismo e pioneirismo na constituição do heroísmo feminino surdo. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 53-66, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.53-66>. Acesso em: 1 set. 2026.

RODRIGUES, Rejane Lopes; ARAÚJO, Priscila Silva. Feminismo, cultura do estupro e violência contra mulheres surdas: algumas contribuições da equipe de Humanas do CAP/INES para o letramento de gênero entre estudantes surdos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 62, p. 93-106, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2025.62.1.93-106>. Acesso em: 2 set. 2026.

SILVEIRA, Luciane Cruz; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Mulheres surdas na ciência: necessária visibilidade. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 79-93, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.79-93>. Acesso em: 3 set. 2026.

SIQUEIRA, Renata Ferreira; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de. Contextos educativos e movimento social surdo: escrevivências de uma mulher-negra-surda na Amazônia Tocantina. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 21, e26269, p. 1-18, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.21.26269.023>. Acesso em: 4 set. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira; SOUZA, Joyce Cristina. Epistemicídio surdo, privação e violência linguística: estudo de caso de Sônia, uma mulher negra surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 94-106, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.94-106>. Acesso em: 5 set. 2026.

VILHALVA, Shirley. Ser e estar da mulher indígena surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 41-52, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.41-52>. Acesso em: 5 set. 2026.